



# A Globalização, a Defesa Nacional e os desafios da comunicação<sup>1</sup>

*Antônio Eduardo*

*Queiróz Martins Barrento\**

Exposição apresentada no Congresso de Imprensa Militar comemorativo do 150º Aniversário da Revista Militar de Portugal, realizado em setembro de 1999 em Lisboa.

São conhecidos os fatores que impõem novas formas de relacionamento entre as unidades políticas, podendo hoje afirmar-se que nenhum Estado responsável pode ignorar o fenômeno da globalização, que também se traduz em novas oportunidades para obter maiores níveis de segurança e bem-estar.

Diferença de percepções desses dois objetivos e a sua interdependência resultam, por um lado, em o cidadão comum avaliar facilmente o bem-estar, mas não ter normalmente a noção do

mal-estar causado pela insegurança; por outro lado, em o fim da Guerra Fria ter originado uma grande esperança de paz, sem que, todavia, tenham desaparecido as causas que originaram os conflitos.

O ambiente internacional em que vivemos (e parece projetar-se para o futuro), continua dominado pela coação, nomeadamente a coação militar. Mas a aplicação da coação militar nem sempre se fundamenta na racionalidade e é norteadada pela legitimidade, ao contrário daquilo que se sonhou, terminado que foi o anta-

gonismo bipolar a que sucedeu, com a implosão da União Soviética.

É nesse quadro que será desenvolvida esta apresentação, procurando relacionar os novos condicionamentos à segurança com a responsabilidade na preservação dos interesses nacionais e a importância da comunicação.

## **SEGURANÇA E DEFESA**

A Segurança, como um dos fins da Política, traduz-se numa condição, atingida ou que se deseja atingir, que se caracteriza

\* General Chefe do Estado-Maior do Exército português

<sup>1</sup> Seleccionado pelo PADECEME

por uma ausência da percepção do perigo.

Sendo uma condição variável no tempo e dependendo de circunstâncias na sua maioria exteriores à vontade da sociedade civil, aos responsáveis pela segurança na direção política exige-se uma atenção permanente quanto aos fatores que a condicionam e uma atualização dos mecanismos de resposta que a servem.

A Defesa, face à globalização da economia e à evolução das relações internacionais, com o conseqüente alargamento da fronteira dos interesses, torna imperativo que, no plano nacional, disponhamos de um *braço armado* eficaz e que não se deteriore ou desapareça o *espírito de defesa*.

Está em curso uma redefinição de políticas e de estratégias, procurando os Estados, no quadro das múltiplas organizações internacionais, novas formas de ação, centradas no diálogo, na cooperação e na coordenação de ações comuns.

Aprofundar esse relacionamento internacional proporciona ao Estado soberano a vantagem de poder suplantir algumas das suas limitações, mas impõe, no plano interno, uma garan-

tia de estabilidade e de capacidade de resposta a situações de contingência.

Nesse quadro, compreende-se a recente revisão do conceito estratégico da NATO, em que se nota uma evolução da postura defensiva, tradicional, para uma de intervenção preventiva num espaço mais alargado.

Verifica-se, pois, tanto na atitude como no tempo e no espaço, que se foi além daquilo que o tratado de Washington estatuiu.

Porque não há segurança sem desenvolvimento sustentado. O conceito atual de defesa incorpora, não só a necessidade de ultrapassar vontades adversas aos interesses nacionais, mas também a participação no âmbito das atividades de cooperação internacional que, tradicionalmente, se inseria na ação diplomática. Assim, a reconfiguração do conceito de Defesa Nacional ganha o caráter multidimensional do espaço de atuação político-estratégico no qual se enquadram os interesses nacionais.

Na totalidade desse espaço existem, grosso modo, uma fronteira de segurança da soberania e uma fronteira dos outros interesses. Aquém da primeira, a atua-

lização do aparelho militar pode exigir dos seus elementos o sacrifício máximo, função dos interesses vitais que se defende, competindo ao poder político, caso a caso, a sua demarcação. Para além da fronteira de segurança da soberania, é pensável a utilização do aparelho militar em apoio da política externa, mas não é exigível aos seus elementos, ainda que tal possa acontecer por razões conjunturais ou do acaso, esse sacrifício. Para além da fronteira dos outros interesses, fica o espaço do desinteresse, onde se não requer a presença do *braço armado* e a ação política não vai além da avaliação de evoluções que possam determinar o alargamento da fronteira dos interesses.

Nesse ambiente político-estratégico e nesses espaços, as Forças Armadas ganham significado, já que, para além da sua missão primária no âmbito da defesa dos interesses nacionais permanentes, são chamadas a desenvolver novas missões no apoio à política externa do Estado.

O empenhamento alargado da ação das Forças Armadas torna-se indispensável para a criação de níveis acrescidos de presença e se-

gurança, pois o Estado soberano, ao integrar-se em espaços político-militares mais amplos e diversificados, tem que ter a capacidade de participar nos grandes acontecimentos internacionais, sobre os quais partilha a decisão e para os quais é chamado a intervir.

As novas missões representam, por conseguinte, um acréscimo de tarefas em relação à missão constitucional, atribuída à componente militar da Defesa Nacional.

## A COMUNICAÇÃO

A capacidade para difundir uma idéia e obter a adesão dos seus receptores constituiu um objetivo permanente dos vários poderes para orientarem a evolução da sociedade.

A capacidade técnica de comunicar, a partir de um centro emissor, para atingir o maior número de receptores, evoluiu a partir da revolução industrial de forma vertiginosa, não sendo dissociável das profundas alterações sociais que ocorreram.

A primeira metade do século XX foi dominada por duas guerras mundiais, tendo sido particularmente

marcante a importância e o poder da comunicação social para a mobilização da força anímica dos povos. O confronto de idéias antagónicas, que nesse período mobilizaram a quase totalidade dos países do mundo, foi crescendo devido à capacidade dos meios de comunicação, designadamente o rádio, para atingir, com permanência e diretamente, o maior número de pessoas.

Na década de 1960, surge uma sociedade centrada nos valores do consumo, com alterações profundas no modo de vida das pessoas. A publicidade e a propaganda tornaram-se vertentes indispensáveis no âmbito sócio-económico, promovendo o consumo e suscitando novas necessidades.

Na década de 1970, surgiram os valores da libertação, pondo em causa a lógica da produção e do consumo que, então, foram considerados como redutores da cultura.

Se, na década de 1970, a comunicação social procurava difundir idéias e valores contestatórios, promovendo a abertura da sociedade e os valores da democracia, a década de 1980 é caracterizada pelo deslumbramento e pautada pelos

valores da comunicação. A diversificação dos meios, o alargamento da sua intervenção e a comunicação em tempo real originaram transformações profundas. A informação passou a ser acessível, de igual modo, à classe dirigente e a todos os membros da sociedade, devido à crescente evolução tecnológica e à competição pela venda da melhor notícia, o mais cedo possível, normalmente a coberto da transparência e da liberdade de informar.

Esse dado novo tornou a comunicação social um dos fatores de intervenção mais importantes na sociedade, porque se convencionou que os *media* refletem aquilo que é a *opinião pública*. Assim, eles passaram a condicionar decisões e a influenciar comportamentos, constituindo-se num fator decisivo para o acesso e para a manutenção do poder.

A década de 1990 é caracterizada pela globalização das relações internacionais, em parte resultante da mundialização da informação, proporcionada pelo acréscimo qualitativo da evolução tecnológica dos meios. Esse avanço tecnológico conduziu à massificação da informação e originou a anarquia

na sua análise, devido ao volume e à intensidade de notícias com que o receptor é *assediado* diariamente. Daqui resulta a tendência natural para se assimilarem as notícias conjunturais, imediatistas, que não exigem esforço de reflexão quanto ao seu conteúdo, o que facilita a chamada *gestão e controle da opinião pública*.

A comunicação social torna-se cada vez mais um fim e utiliza a gestão de todos os meios disponíveis para responder aos requisitos da cultura global. A obtenção de notícias inunda todos os aspectos da vida social, política, econômica, cultural e até privada. Mas privilegia, na sua difusão, o impacto imediato da notícia, em detrimento da difusão sustentada de informação para informar e formar o público.

Essa tendência leva à emergência de efeitos perversos, na medida em que a *revolução da comunicação global* também está, de alguma forma, a *infantilizar o cidadão comum*, quando o inibe do esforço de análise e de reflexão que seria desejável.

Num outro plano, a *era de globalização* parece originar uma nova forma de

alienação, que tem por base uma *cultura global*, servida pela dimensão planetária dos meios de comunicação, na qual se confunde informação, publicidade, propaganda e massificação cultural. Aquilo que atualmente parece ser considerado mais relevante na informação reside na capacidade de o emissor nos fazer assistir ao acontecimento da notícia, ou seja, parece ser suficiente *estar para saber, ver para compreender, repetir para demonstrar, comover para convencer*.

Alguns dos fatores que objetivamente podem contribuir para essa situação estão relacionados com o enquadramento de cada órgão de comunicação social, designadamente em relação aos seguintes aspectos:

- grupos dominantes, com primazia para os grupos econômicos detentores do órgão de comunicação social;

- exigências do *mercado* interno e global que é necessário satisfazer, ditando as regras a que a informação se subordina;

- *coação* sobre jornalistas para difusão ou branqueamento de determinadas notícias e situações que possam afetar os centros de poder;

- influência dos *fazedores de opinião*;

- criação de situações de subinformação e de sobreinformação;

***Aquilo que atualmente parece ser considerado mais relevante na informação reside na capacidade de o emissor nos fazer assistir ao acontecimento da notícia, ou seja, parece ser suficiente estar para saber, ver para compreender, repetir para demonstrar, comover para convencer.***

- influência na opinião pública da notícia em *primeira* mão e do título de caixa alta.

Sendo a conquista do grande público um objetivo de qualquer órgão de comunicação social e a notícia um verdadeiro artigo de consumo, facilmente se conclui que a *coação* poderá ser exercida para condicionar o comportamento das pessoas, por parte de quem detém o controle dos meios de comunicação.

A manipulação e a especulação inerentes a uma grande parte da informação que diariamente é oferecida ao público servem, na maioria dos casos, a interesses específicos de natureza diversificada, que em geral não são iden-

tificáveis pelos consumidores *à vista desarmada*.

Mas a existência de uma opinião pública, que possa traduzir o sentimento da população em relação às grandes questões nacionais, nas quais se insere a ação das Forças Armadas, é indispensável para a vitalidade do Estado e saúde da democracia.

Nos regimes democráticos não é fácil conduzir uma política de defesa e intervenções militares que não recoham o consentimento ou, no mínimo, a compreensão do público. Mas como, com o fim do mundo bipolar, se gerou uma idéia errada de termos atingido o fim da História e de ter sido conseguida a Paz Mundial. Existe uma convicção muito forte e generalizada da dispensabilidade da Instituição Militar.

Aparentemente essa idéia não colheu na maioria da classe política, nem nos representantes do poder, mas, como não é possível, em democracia, governar contra a opinião pública, há um campo muito vasto para uma ação informativa e pedagógica que deve ser preenchido, sob pena de ser difícil ter e fazer agir as Forças Armadas. Ter Forças Ar-

madadas, porque elas são dispendiosas e necessitam de cidadãos que se voluntariem para as servir; fazer agir, porque o emprego das forças pode ser travado por uma opinião pública hostil, que também afeta os próprios militares, já que sendo verdade reger-mo-nos por princípios próprios, que têm como referências o interesse nacional e a subordinação aos órgãos de poder legítimos, também é verdade que não estamos completamente imunes àquilo que se passa na sociedade a que pertencemos e em que nos inserimos.

Sobre ser isso, havendo muito pouco sentido de Estado na opinião publicada, esta perverte e subverte, frequentemente, os verdadeiros interesses nacionais.

Simultaneamente, ganha dimensão a idéia de que hoje é possível intervir militarmente, sem que haja baixas, o que sendo falso, tem repercussões nefastas, originando dúvidas numa população que deve estar numa atitude consciente e apoiante das suas Forças Armadas. Apesar de semiprofissionalizados, nós não somos, *L'Armée du Rori*, porque somos, constitucionalmente, um exército nacional, no

qual desejamos que os nossos concidadãos se revejam.

A comunicação social e as novas tecnologias de informação terão que apoiar o desenvolvimento de um renovado espírito de defesa no seio da população, possibilitando e sustentando a projeção de uma vontade de afirmação nacional.

O espírito de defesa, embora influenciado por diversas vertentes de uma realidade geopolítica em mutação, alicerça-se no núcleo duro do nosso patrimônio histórico e cultural e tenderá a constituir o mais valioso elemento de identidade nacional. Ele deve nortear as ações tendentes à preservação do patrimônio nacional (inclui o espaço, a obra e o sentimento coletivos) e ser referência fundamental da nossa individualidade, mas tem intensidades variáveis, consoante o tempo e as circunstâncias, e engloba vários fatores:

- o *dever de defesa*, que é a percepção, no cidadão e na sociedade, da obrigação de defender, para além dos sacrifícios que, frequentemente, o cumprimento desse dever comporta;

- o *poder de defesa*, que resulta da efetiva existência da força e de decisão de um

poder político em promover a sua aplicação;

- o *saber de defesa*, que tem a ver com o conhecimento e a sua aplicação, por forma a conceber o melhor emprego do potencial estratégico e a renderibilizar os meios disponíveis, e que se manifesta através da concepção estratégica e do emprego integrado das diversas formas de dissuasão e coação;

- o *querer de defesa*, que é de todos os fatores do sentido de defesa o mais importante, porque não existindo vontade, individual e coletiva, de aplicação da força, o seu valor dissuasório ou efetivo é nulo.

Os fatores componentes do *espírito de defesa*, sendo todos importantes e interligados, são dominados pelo *querer de defesa* de governantes e governados e têm expressão no *dever de defesa* que, por lei, é exigido aos cidadãos.

Deve notar-se que é preocupante o apagamento do espírito de defesa que, dia-a-dia, podemos constatar no nosso país. Esse fenómeno está intimamente ligado a uma virtual esperança de paz, mas é também o resultado de uma comunicação social que na sua maioria

veicula apenas a procura insaciável do bem-estar, que confunde o essencial com o supérfluo e que rejeita os sacrifícios quase sempre inerentes à defesa.

Não será uma singularidade portuguesa, porque esta tendência está instalada no mundo ocidental, mas a diminuição do *espírito de defesa* vai ao ponto de julgarmos que a gesticulação estratégica, de que hoje tanto se abusa, à semelhança do que se passa com os primatas quando querem manifestar a sua hostilidade sem se ferirem, significa principalmente a ausência da vontade de lutar.

Se não houver uma alteração significativa nessa degradação do *espírito de defesa*, poderemos chegar ao ponto em que a Instituição Militar, tendo o monopólio da violência organizada, possa transformar-se numa organização sem homens (o que é um absurdo), ou que tendo-os, além de cara passe a ser inútil.

A Imprensa Militar teve sempre o seu espaço ao longo da História, pela sua contribuição, não só para o conhecimento da doutrina militar, mas também para o estudo e reflexão sobre as grandes questões nacionais

que influenciam e condicionam a missão das Forças Armadas.

O conceito que está subjacente à existência da Imprensa Militar torna-a completamente diferente da comunicação social, na medida em que aquela não procura a conquista *de cotas de mercado*, mas difundir informação que provoque a análise e a reflexão sobre os problemas nacionais e, designadamente, os que se relacionam com as Forças Armadas.

A importância do valor de comunicar na instituição militar liga-se ao fato de ser a única organização do Estado que tem capacidade para exercer a coação armada, e, por conseguinte, necessitar de informação que concorra para o entendimento desse fenómeno, infelizmente endêmico, que é a guerra; para o conhecimento dos instrumentos e utensílios de coação e para a sua forma de operarem; e, também para obter a coesão de seus membros, já que sem ela poderemos ser força, mas nunca seremos Forças Armadas.

O papel das publicações militares para se atingir essas finalidades é cada vez mais relevante. Na verdade,

elas aperfeiçoam o entendimento do mundo que nos cerca – e isso é cultura; elas enriquecem os nossos conhecimentos profissionais – e isso é formação; elas têm aliciente ético de, dando a conhecer as tensões, a conflitologia e a guerra, concorrerem para sua ausência – e isso é servir à paz.

Poder-se-á dizer que a Imprensa Militar não tem capacidade para captar a atenção do grande público. É verdade, mas não é esse o objetivo que a orienta, nem tal parece desejável, pois teríamos que entrar em competição com os órgãos de comunicação social, correndo o risco de também ser pervertida a informação veiculada pela Imprensa Militar. Tal disputa, se viesse a ocorrer, acabaria por criar a idéia de que as Forças Armadas necessitam de se auto-justificar e configuraria, para elas, um *gheto* na sociedade nacional, passível de gerar rejeições que são altamente indesejáveis.

A Imprensa Militar não deverá, por conseguinte, desenvolver-se em função de fatores de mercado, mas, antes, servir para aferir ou corrigir situações lesivas dos valores institucionais e pro-

porcionar informação objetiva e analítica sobre todas as questões que se relacionam direta ou indiretamente com a Defesa Nacional e a Instituição Militar.

A natureza dessa informação, ao esclarecer o que somos, além de elemento de consciência para aqueles que servem nas Forças Armadas, deve também visar àqueles que lhe são exteriores – o cidadão comum.

No tempo atual, as utopias, os pacifismos e o comodismo sugerem a desnecessidade das Forças Armadas; as visões, apenas economistas, apontam para os elevados consumos e para a falta de lucro da Instituição Militar. Porque essa argumentação só pode resultar da ignorância, mas como a ignorância não redime quem a demonstra, há que desdizer essas interpretações. Ainda que, em nosso entender, esse esclarecimento não deva ser uma obrigação das Forças Armadas, porque elas existem por imperativo nacional, não deixa de ser obrigação da Imprensa Militar colaborar de forma tanto mais ativa quanto menos vigorosas e credíveis sejam as respostas do poder.

No plano interno das Forças Armadas, a Imprensa Militar, deve desempenhar cada vez mais o papel

***Poder-se-á dizer que a Imprensa Militar não tem capacidade para captar a atenção do grande público. É verdade, mas não é esse o objetivo que a orienta, nem tal parece desejável, pois teríamos que entrar em competição com os órgãos de comunicação social, correndo o risco de também ser pervertida a informação veiculada pela Imprensa Militar.***

de informar, esclarecer e fomentar o conhecimento e a cultura militar, constituindo um contraponto credível à forma superficial e mesmo leviana como algumas vezes são tratados os assuntos de natureza militar na comunicação social.

O exemplo de durabilidade da nossa Revista Militar, à qual presto hoje a minha homenagem, ilustra bem o acerto da sua conduta editorial ao longo dos anos e constitui um bom exemplo dos caminhos a seguir pela Imprensa Militar no quadro da sociedade de informação em que vivemos. ●